



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO – UFERSA
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO – PROPPG
ESPECIALIZAÇÃO EM DIREITO CONSTITUCIONAL E TRIBUTÁRIO
Av. Francisco Mota, 572 – C. Postal 137 – Bairro Pres. Costa e Silva – Mossoró/RN – CEP: 59.625-900 - Tel.:
(84) 3317-8296 – E-mail: proppg@ufersa.edu.br

GRADE CURRICULAR

O quadro a seguir apresenta a estrutura curricular do curso, indicando quais são as disciplinas oferecidas em caráter obrigatório, ementa, professores responsáveis e carga horária. Todas as disciplinas serão oferecidas no âmbito do CCSAH/DCSA.

Disciplina	Ementa	Professores	CH
Teoria da Constituição	Introdução ao Direito Constitucional. O Estado e a Constituição. Movimentos constitucionais e constitucionalismo. Constituição e seus múltiplos significados. Poder Constituinte. Reforma constitucional. Norma constitucional e sua eficácia. Hermenêutica Constitucional. Princípios Constitucionais.	Mário Sérgio Falcão Maia	30h
História do Constitucionalismo Brasileiro	Análise histórica do fenômeno do constitucionalismo: problemas, desafios, possibilidades. Correntes ligadas à historiografia recente. O século XVIII e a diferenciação do direito. O advento da Constituição como forma. O significado histórico-sociológico da jurisdição constitucional. Repercussão no modelo constitucional brasileiro. A tradição constitucional do Império e da Primeira República. O constitucionalismo social e as experiências europeia e norte-americana. O Estado Democrático de Direito.	Rafael Lamera Giesta Cabral	15h
Direitos Fundamentais na Constituição de 1988	Conceito, categorias, funções e titularidade dos direitos fundamentais. Vinculação estatal e horizontalidade dos direitos fundamentais. Limites e colisões entre os direitos fundamentais (critério da proporcionalidade). Direitos fundamentais em espécies na Constituição Federal de 1988. Direitos fundamentais na jurisdição constitucional brasileira (Supremo Tribunal Federal).	Ulisses Levy Silvério dos Reis	30h
Direito Constitucional e Organização do Estado	A organização político-administrativa e a União. Os Estados federados. Os Municípios, o Distrito Federal e os Territórios. A intervenção. A administração pública.	Hudson Palhano de Oliveira Galvão	15h
Direito Constitucional e	A organização dos poderes. O Poder Legislativo. O processo legislativo e a função fiscalizatória. O Poder Executivo. Os	Marianna Perantoni Pereira	30h

Organização dos Poderes	Ministros de Estado e os Conselhos. O Poder Judiciário. Os Tribunais e Juizes. As funções essenciais à Justiça.		
Jurisdição Constitucional e Controle de Constitucionalidade	Teoria da jurisdição Constitucional. Origens e fundamentos da Jurisdição Constitucional e o Controle de Constitucionalidade. Sistemas de controle de constitucionalidade no direito comparado e no Brasil. Sistema Difuso de Constitucionalidade: mecanismos de ação, análise das decisões, o exercício do controle pelos juizes e tribunais, novos rumos das decisões em sede de controle difuso. Sistema Concentrado de Constitucionalidade: legitimados, vias de acesso, decisões do Tribunal competente, novos rumos das decisões em sede de controle. Ações de controle de constitucionalidade.	Lizianne Sousa Queiroz Franco de Oliveira	30h
Remédios Constitucionais	Distinção entre direitos, garantias e remédios constitucionais. Habeas Corpus. Habeas Data. Direito de Petição. Ação Popular. Ação Civil Pública. Mandado de Segurança: Individual e Coletivo. Mandado de Injunção.	José Albenes Bezerra Júnior	15h
Direito Econômico Constitucional	Estado, Economia e Direito Econômico: noções propedêuticas. Modelos de Ordem Econômica Constitucional. Fundamentos e princípios da Ordem Econômica Constitucional brasileira. Formas de atuação do Estado em relação ao domínio econômico. Âmbito da intervenção direta do estado na Ordem Econômica. Intervenção indireta do Estado na Ordem Econômica: a regulação da atividade privada.	Marcelo Lauar Leite	15h
Direito Ambiental Constitucional	Fundamentos históricos e constitucionais do Direito Ambiental. Direito fundamental ao meio ambiente ecologicamente equilibrado. Princípios constitucionais do Direito Ambiental Brasileiro. Federalismo e meio ambiente. Interesses difusos e coletivos. Princípios gerais da atividade econômica e o Direito Constitucional Ambiental. Bens ambientais. Objeto da tutela ambiental brasileira quanto: a) ambiente natural, b) ambiente artificial, c) ambiente cultural, d) ambiente do trabalho, e) patrimônio genético.	Raquel Araújo Lima	15h
Direito Internacional Constitucional	Hierarquia e Efetividade dos Tratados Internacionais. Relação: Tratados Internacionais e Ordenamento Jurídico Interno. Jurisdição Internacional x Nacional: Aplicação das Sentenças da Corte Interamericana de Direitos Humanos no Brasil. Controle de Convencionalidade. Análise de Casos Práticos Envolvendo a Aplicação de Tratados e Decisões Jurídicas Internacionais.	Rodrigo de Almeida Leite	15h
Sistema Constitucional Tributário	Introdução ao Sistema Constitucional Tributário. Conceito de tributo. Espécies tributárias. Limitações Constitucionais ao Poder de Tributar. Imunidades tributárias. Competência tributária.	Julianne Holder da Câmara Silva Feijó	15h
Teoria Geral do Direito Tributário	O Código Tributário Nacional e as normas gerais de direito tributário. Legislação tributária. Vigência, aplicação, interpretação e integração da legislação tributária. Relação jurídico-tributária. Responsabilidade tributária. Crédito tributário e lançamento. Suspensão do crédito tributário. Extinção do crédito tributário. Exclusão do crédito tributário. Garantias e privilégios do crédito tributário. Administração tributária.	Luiz Felipe Monteiro Seixas	30h

Tributos em Espécie	Tributos em espécie. Imposto sobre a renda. Imposto sobre produtos industrializados. ICMS. Imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana. Imposto sobre serviços de qualquer natureza. Imposto sobre a transmissão <i>causa mortis</i> e doação de quaisquer bens ou direitos. Imposto sobre a transmissão <i>inter vivos</i> de bens imóveis. Imposto de importação e imposto de exportação. Imposto sobre operações financeiras. Taxas de polícia e de serviço. Contribuições de intervenção no domínio econômico. Contribuições sociais (PIS, COFINS e CSLL).	Inessa da Mota Linhares Vasconcelos	30h
Direito Processual Tributário	Introdução ao processo tributário. Processo administrativo tributário. Auto de infração e notificação de lançamento. Impugnação. Manifestação de inconformidade. Recursos administrativos. Consulta fiscal. Compensação fiscal. Processo judicial tributário. Execução fiscal. Cautelar fiscal. Embargos à execução fiscal e exceção de preexecutividade. Ações de iniciativa do contribuinte.	Noel de Oliveira Bastos	30h
Direito Penal Tributário	Introdução ao Direito Penal Tributário. Natureza jurídica da infração tributária. Princípios do Direito Penal Tributário. Evasão, elisão, elusão, sonegação e fraude. Diferentes tipos de infração tributária. Tipicidade. Irretroatividade da norma penal tributária. A subjetividade na infração tributária e causas que eliminam a subjetividade. A sanção tributária em geral. Causas de extinção da punibilidade.	Wallton Pereira de Souza Paiva	15h
Direito Financeiro e Orçamentário	Atividade financeira do Estado. Conceito e objeto do Direito Financeiro. Despesa pública e receita pública. Crédito público. Orçamento público. Princípios de Direito Financeiro. Elaboração, execução e controle da execução orçamentária. Plano plurianual. Diretrizes orçamentárias. Orçamento anual. Responsabilidade fiscal.	Raimundo Márcio Ribeiro Lima	15h
Metodologia do Trabalho Científico	Produção do conhecimento científico. Ciências naturais e ciências sociais. Objetividade científica. Historicidade e formação do conhecimento científico. Método científico. Metodologia jurídica. O positivismo e a ciência do direito. Metodologia do trabalho acadêmico. Formulação e justificação do tema. O plano de trabalho. Normas técnicas.	Eddla Karina Gomes Pereira	15h
Trabalho de conclusão de curso	Formato: artigo (escrito em coautoria com o orientador e submetido para revista acadêmica indexada no Qualis-Periódicos, dentro do prazo de 18 meses da duração da especialização) ou monografia.	Todos os professores	30h